PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 140, DE 2023

Altera regra de período de contribuição adicional para fins de aposentadoria, prevista pela Lei Complementar nº 1.354, de 06 de março de 2020, e dá disposições correlatas.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECRETA:

Artigo 1º - O inciso V do artigo 11 da Lei Complementar nº 1.354, de 06 de março de 2020, fica alterado na seguinte conformidade:

"Artigo 11 - ...

...

V - período adicional de contribuição correspondente a 50% (cinquenta por cento) do tempo que, na data de 06 de março de 2020, faltaria para atingir o tempo mínimo de contribuição referido no inciso II. (NR)"

Artigo 2º - Fica revogado o artigo 32 da Lei Complementar nº 1.354, de 06 de março de 2020, restabelecidos os direitos decorrentes do final de sua vigência.

Artigo 3º - As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Artigo 4º - Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

A presente proposição advém de solicitação e embasada por estudos e informações trazidos ao mandato pelo Sindiproesp - Sindicato dos Procuradores do Estado, das Autarquias, das Fundações e das Universidades Públicas do Estado de São Paulo.

O objetivo desta proposição é acabar com a injustiça e com a ilegalidade às quais são submetidos os servidores estaduais em período de transição do regime previdenciário.

Afinal, como sói acontecer, são os servidores em atividade os que mais padecem com as mudanças promovidas pelos governos, alterando regras de concessão dos benefícios previdenciários, e obrigando ao pagamento de "pedágios" de tempo de contribuição para efetivação dos direitos.

No caso das mais recentes mudanças, em que o Poder Executivo ampliou os critérios de idade e de tempo de contribuição para aposentadoria, também foram conferidas regras de transição severas e prejudiciais aos servidores em atividade.

Ocorre que há diversos casos concretos de decisões judiciais pela inconstitucionalidade de artigos das mudanças federal e estaduais, com o intuito de manter as regras de transição anteriormente estabelecidas, em nome da segurança jurídica.

Assim sendo, e considerando a importância do tema ora tratado, é que apresentamos esta proposição.

Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, em 25/10/2023.

Carlos Giannazi - PSOL